



XIX Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã

de 08 a 10 de outubro 2025
Universidade Federal do Tocantins

NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE CONFLITOS E VIOLÊNCIA COMETIDOS CONTRA COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO TOCANTINS: ANÁLISE DO SITE AF NOTÍCIAS¹

Liana Vidigal Rocha - Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Joice Danielle Nascimento Pereira - Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Edna de Mello Silva - Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

RESUMO

Este trabalho analisa como o site AF Notícias dá visibilidade aos conflitos e à violência cometidos contra comunidades quilombolas no Tocantins entre 2021 e 2024. A abordagem é qualitativa, tendo utilizado a análise de conteúdo e o *framing* para identificar os sentidos narrativos e enquadramentos temáticos. Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, que revela aspectos de vulnerabilidade e resistência dessas comunidades. Os resultados apontam para a importância do papel do jornalismo regional na amplificação das vozes dessas comunidades quilombolas e na denúncia dos conflitos e da violência, porém com uma atuação ainda limitada.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Comunidades Quilombolas; Tocantins; Conflitos; Violência.

1 INTRODUÇÃO

A divulgação da 39ª edição do documento sobre os Conflitos no Campo Brasil feita pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), através do seu Centro de Documentação, trouxe dados importantes sobre as ações de violências e resistências no campo em 2024. A publicação, que é referência em dados dessa natureza no país, sinalizou uma queda no número de registros de conflitos relacionados ao eixo da terra no cenário nacional. No entanto, quando a observação se volta para as três regiões brasileiras de fronteira agrícola localizadas no entorno da Amazônia: Matopiba, Amazônia Legal e Amacro, os conflitos relacionados ao âmbito da terra contrariam a tendência nacional e apresentam aumentos significativos, em relação ao ano de 2023.

Sublinhando os dados específicos da região do Matopiba, que se destaca na produção de grãos, sendo a soja a principal deles, os dados disponibilizados pela CPT indicam um crescimento em diversas formas de violência como desmatamento ilegal, destruição de roçados, ameaças de despejo e de expulsão, além de um aumento na quantidade de vítimas de violência contra a pessoa. Essas violências são perpetradas sobretudo contra comunidades tradicionais, indígenas e famílias assentadas. O Tocantins, Estado de interesse do presente trabalho, registrou ainda o aumento no número de assassinatos. A partir desses dados, surgiu a seguinte questão: qual a visibilidade dada

¹ Trabalho apresentado no GT5 – Ações comunicacionais comunitárias protagonizadas por populações sub-representadas como alternativas às crises climáticas da **XIX Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2025**, realizada de 08 a 10 de outubro de 2025, na Universidade Federal do Tocantins, Palmas-TO.

pelo jornalismo tocantinense aos conflitos e à violência cometidos contra comunidades quilombolas no Estado?

Assim, o presente trabalho dedica-se a analisar a cobertura jornalística dos conflitos envolvendo quilombolas no Tocantins entre os anos de 2021 e 2024, verificando a visibilidade da questão da violência cometida contra essas comunidades. Para tanto, adotamos a metodologia de Análise de Conteúdo (AC) e de *framing* de reportagens publicadas no site jornalístico do Tocantins AF Notícias, a fim de perceber os enquadramentos e compreender os sentidos dos conteúdos publicados pelo veículo. O trabalho justifica-se porque esses conflitos afetam diretamente as comunidades quilombolas no Estado, sobretudo em um contexto de avanço do agronegócio na região do Matopiba. Deste modo, o jornalismo desempenha um papel fundamental ao dar visibilidade a essas questões, denunciando a violência, amplificando as vozes dessas comunidades, além de trazer para o conhecimento público a gravidade destes acontecimentos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com os dados do primeiro Censo Quilombola realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) publicados em 2022, o Tocantins é o segundo estado com a maior população quilombola da Região Norte do Brasil, ficando atrás apenas do estado do Pará. Quanto à territorialidade dessas vivências, os dados do Censo também apontam que o Estado abriga o total de 88 localidades quilombolas, que são entendidas como lugares do território nacional em que existe um aglomerado permanente de habitantes quilombolas, de no mínimo 15 pessoas. A maior parte desses territórios está localizada na região sudeste do Estado.

Já os dados do Atlas de Territórios Quilombolas do Estado do Tocantins apontam que o Estado possui 52 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, organizadas em 41 associações. Entretanto, apenas uma dessas comunidades possui território regularizado (Gonçalves *et al.*, 2024). Em paralelo a esses dados, o Tocantins registrou 48 conflitos por terra e 15 vítimas de violência no campo em 2024, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os registros de violência se materializam principalmente contra as comunidades quilombolas, as comunidades indígenas e os camponeses assentados. Os dados da CPT também indicam que a intensidade da violência aumentou sobretudo na região de fronteira agrícola conhecida como Matopiba.

A região do Matopiba é formada pela totalidade do estado Tocantins e parte dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, e se caracteriza por uma forte expansão agrícola, especialmente da produção de grãos, a partir da segunda metade dos anos 1980 (Embrapa, 2024). É justamente neste contexto, do agronegócio em constante expansão na região e o conflito de interesses existentes nesta relação, que a violência contra as comunidades quilombolas se intensifica. Olhando para os dados da CPT específicos sobre as comunidades quilombolas e considerando apenas conflitos por terra em 2024,

foram registrados sete casos, em oito municípios, impactando um total de 650 famílias. Vale lembrar que essas comunidades ainda são impactadas pelos conflitos envolvendo recursos hídricos e o uso de agrotóxicos, além da degradação ambiental de modo geral.

Nesse contexto, Garcia *et al.* (2022) argumentam que a elevação da produtividade na região do Matopiba concentra o capital na mão de dois grupos econômicos muito específicos: grandes latifundiários e multinacionais do agronegócio. Isso se reflete principalmente em conflitos fundiários e a degradação do meio ambiente, pois “estes empreendimentos são, em grande parte, de capital aberto e possuem entre seus maiores sócios fundos internacionais que vislumbram no pujante mercado do agronegócio brasileiro uma oportunidade de multiplicar seus investimentos”, porém degradando o ecossistema e empobrecendo as comunidades locais (Garcia *et al.* 2022, p.42).

É nesse ponto que o jornalismo tem um papel fundamental. Reginato (2020, p.49) destaca que o jornalismo é primordial na ampliação da democracia e da cidadania nas sociedades contemporâneas. Para a pesquisadora, o jornalismo deve não só informar de modo qualificado, como também garantir a pluralidade de fontes para expressar a diversidade de vozes, que é um direito social à informação. Citando Rothberg (2011, p.199), Reginato (2020, p.49) acrescenta que o jornalismo deve contribuir para “dar aos cidadãos uma visão mais ampla dos caminhos e descaminhos pelos quais o Estado gerencia o conflito social moderno, a partir de um tratamento plural e equilibrado das diversas perspectivas nele envolvidas”.

3 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto, adotamos a análise de conteúdo como método principal, que, segundo Bauer (2008, p. 191), trata-se de “uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada” e o framing como complementar. A partir dessa abordagem, observamos de maneira qualitativa os sentidos e os enquadramentos das narrativas do AF Notícias. Cabe ressaltar que esse site foi selecionado em virtude da frequência de cobertura sobre o assunto ao longo do período estabelecido para análise, isto é, entre os anos de 2021 e 2024, e por se tratar de um veículo de jornalismo regional autosustentável.

Em relação aos critérios de seleção, destacamos que os conteúdos foram escolhidos a partir dos seguintes indicativos: i) disponibilidade integral na seção de busca; ii) menção direta a comunidades quilombolas do Tocantins; iii) referência a conflitos e violência contra essas comunidades; iv) assuntos associados à violência e aos conflitos; v) ter sido publicado no período estipulado. Em um primeiro momento, organizamos os conteúdos em uma linha do tempo (da publicação mais antiga para a mais recente) a fim de auxiliar na compreensão do aumento e/ou diminuição da violência e dos conflitos. Na sequência, fizemos a tokenização de todo o material com o auxílio de inteligência artificial com o intuito de acelerar o processo de identificação das palavras-chave. De acordo com

Sampaio *et al* (2024, p. 33), as IA's podem ser utilizadas "como ferramentas de análise textual automatizada". A terceira etapa do trabalho envolveu a identificação dos recortes temáticos e do enquadramento dos conteúdos. Essa fase foi fundamental para percebermos a presença e, consequentemente, a visibilidade das comunidades quilombolas no jornalismo tocantinense.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em uma observação prévia dos relatórios produzidos pela CPT, verificamos que, em 2023, no Tocantins, foram registrados 81 conflitos no campo: 62 casos de conflitos por terra; 6 casos de conflitos por água; 38 casos de trabalho escravo rural; 15 casos de violência contra quilombolas e 6 conflitos envolvendo mineração. Já em 2024, houve uma redução para 50 ocorrências, envolvendo violência, trabalho escravo rural e pressão sobre as comunidades quilombolas. Entre os anos de 2021 e 2024, foram identificados 13 conteúdos publicados no AF Notícias. Destes, um material é do ano de 2021, quatro são de 2022, cinco são do ano de 2023 e três de 2024.

Quadro 1 – Conteúdos identificados no AF Notícias entre 2021 e 2024

Título	Data de Publicação	Palavras-chave	Recorte Temático
Grileiros de terras ameaçam comunidade quilombola no Tocantins, denuncia deputado	12 de julho de 2021	Grileiros (6); quilombola (5); comunidade (4); ameaça (4); deputado (3); terra (3); polícia federal (3)	Conflito agrário /grilagem
Associação denuncia assédio de garimpeiros em comunidade quilombola no Tocantins	22 de junho de 2022	Quilombola (7); Kalunga (6); garimpeiros (5); associação (4); território (4); mineração (2); assédio (2); Incra (1)	Mineração ilegal / assédio à comunidade
Casa é queimada em comunidade quilombola, e entidade acusa Itertins de legalizar grilagem	19 de agosto de 2022	Quilombola (7); comunidade (6); casa (5); Itertins (5); grilagem (4); incêndio (4); justiça (3); ameaça (2); território (2)	Violência / grilagem / conflito fundiário
Presidente de associação quilombola nega grilagem de terras com aval do Itertins: 'me mostre'	20 de agosto de 2022	Quilombola (8); comunidade (6); Itertins (5); grilagem (5); casa (4); incêndio (3); território (3); COEQTTO (3); fazendeiros (2); justiça (2)	Grilagem / conflito fundiário
Defensoria apura denúncia contra mineradora que está extraindo ouro em território quilombola	14 de dezembro de 2022	Mineradora (8); quilombola (6); ouro (5); território (4); denúncia (4); defensoria pública (3); impacto (3); justiça (2)	Mineração / impactos ambientais
Comunidades quilombolas lutam para amenizar impactos causados por mineradora no Tocantins	24 de março de 2023	Comunidade (10); quilombola (9); mineradora (7); Defensoria (6); consulta (4); impactos (3); COEQTTO (1)	Mineração / direito territorial
SPU realiza audiência para agilizar regularização fundiária de comunidade quilombola no Bico	03 de maio de 2023	Comunidade (6); quilombola (5); regularização (4); SPU (4); Incra (2); posse (2); conflito (1)	Regularização fundiária
Justiça revoga reintegração em favor de fazendeiros e devolve terra a comunidade quilombola	12 de setembro de 2023	Comunidade (9); quilombola (7); justiça (6); Defensoria (5); fazendeiros (4); reintegração (4); posse (3); território (3); violência (2); prefeitura (2)	Conflito agrário / reintegração de posse
Força-tarefa é criada pelo governo para defender 60 famílias quilombolas ameaçadas por fazendeiros	25 de setembro de 2023	Grileiros (8); comunidade (6); Quilombola (5); violência (4); força-tarefa (4); território (3); certificação (3); direitos (2); justiça (2)	Conflito agrário / direitos humanos

DPE pede intervenção de órgãos federais para proteger famílias quilombolas em conflito agrário	26 de setembro de 2023	Quilombola (7); comunidade (6); conflito agrário (5); Defensoria Pública (5); intervenção (4); ameaça (4); justiça (3); proteção (3); direitos humanos (2)	Conflito agrário / direitos humanos
Tocantins assina acordo com União e Judiciário para regularização de territórios quilombolas	23 de outubro de 2024	Regularização (10); quilombola (8); território (6); acordo (6); União (5); justiça (4); Incra (4); COEQTO (3)	Regularização fundiária
Criação de território quilombola em ilha no Rio Araguaia gera impasse; Incra ouve lideranças	18 de dezembro de 2024	Comunidade (8); quilombola (6); Incra (5); território (4); ribeirinha (4); famílias (3); desapropriação (2); audiência (2)	Conflito territorial / participação da comunidade
Incra avança com retirada de moradores da Ilha de São Vicente, declarada território quilombola	21 de dezembro de 2024	Incra (10); quilombola (7); moradores (5); retirada (4); território (4); desmatamento (2); cartografia (2)	Conflito territorial / política de reconhecimento

Fonte: produção das autoras

No material coletado, percebemos a predominância de algumas palavras, como comunidade, quilombola, território, moradores e famílias, que apresentam um tom neutro. Isto é não carregam um juízo de valor. São apenas termos contextuais que auxiliam na descrição do fato. Por outro lado, identificamos expressões que podem ser consideradas como negativas, tais como ameaça, assédio, retirada, violência e impacto, que apontam para um teor de conflito, vulnerabilidade e tensão. Esses termos revelam as situações de disputa e violência sofridas pelas comunidades quilombolas no Tocantins. Para completar, foram identificadas também as palavras com significados mais positivos, como justiça, regularização, acordo e proteção, que trazem um juízo de valor ligado aos direitos dessas comunidades e ainda um indicativo de resolução dos conflitos.

Em relação aos recortes temáticos, também identificamos que as reportagens trouxeram aspectos positivos e negativos. No que diz respeito aos recortes negativos, as temáticas mais recorrentes referem-se aos conflitos agrários, fundiários e territoriais, além da grilagem, da mineração ilegal, os impactos ambientais e o assédio à comunidade. Já os recortes positivos revelam assuntos voltados para os direitos das comunidades quilombolas, como o direito territorial, a regularização fundiária e a reintegração de posse. Cabe ainda destacar que nem sempre as reportagens traziam apenas aspectos totalmente positivos e/ou totalmente negativos.

Observamos que, no geral, os conteúdos apresentam as situações de vulnerabilidade nas quais se encontram as comunidades quilombolas no Tocantins e quais providências o poder público tem tomado para que essa população não seja prejudicada. Ademais, essa amostragem identificou ainda a participação dessas comunidades em audiências públicas e a importância de instituições como a COEQTO na defesa dos direitos dos quilombolas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, levando em consideração os dados apresentados e discutidos no decorrer deste trabalho, bem como os resultados iniciais obtidos por meio da observação do site AF Notícias no período indicado, é possível perceber que embora a cobertura sobre o tema venha obtendo espaço no site, a

visibilidade ainda é limitada em relação à gravidade e à quantidade dos conflitos que ocorrem no Estado. Em contrapartida, é interessante observar também que as produções do site ressaltam a necessidade da resolução dos conflitos e apontam caminhos para esse fim, como o fortalecimento das instituições ligadas às comunidades quilombolas e a atuação poder público, no sentido de apontar as direção para que os cidadãos exerçam seus direitos.

Assim, é papel do jornalismo regional amplificar as vozes dessas comunidades quilombolas e dar visibilidade às denúncias, sobretudo no que diz respeito aos conflitos e aos atos de violência cometidos contra essa população. Nesta investigação, trouxemos alguns aspectos e perspectivas das comunidades quilombolas. Entretanto, é possível explorar ainda mais a temática, expandindo o número de veículos analisados, assim como outras temáticas que envolvem a questão da cidadania e dos direitos humanos.

Referências

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008.

COEQTO - Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas do Tocantins. **Publicações**. 2025. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>. Acesso em: 21 jul. 2025.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2024**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2025.

EMBRAPA. **Matopiba**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>. Acesso em: 21 jul. 2025.

GARCIA, Luciana Silva *et al.* Expansão agrícola no Matopiba Maranhense: conflitos, desafios e papel da polícia militar. In: REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, 22., 2022, Fortaleza. **Suffragium**. Fortaleza: TRE-CE, 2022. v. 13, p. 32-57.

GONÇALVES, Paulo Rogério *et al.* **Atlas de Territórios Quilombolas do Estado do Tocantins**: projeto da nova cartografia social do Tocantins. Palmas: APATO, 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: O Brasil quilombola**. Rio de Janeiro, IBGE, 2023.

REGINATO, Gisele Dotto. Informar de modo qualificado: a finalidade central do jornalismo nas sociedades democráticas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 43-53, 18 jun. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2020v17n1p43>

SAMPAIO, Rafael Cardoso; SABATTINI, Marcelo; LIMONGI, Ricardo. **Diretrizes para o uso ético e responsável da inteligência artificial generativa** [livro eletrônico]: um guia prático para pesquisadores. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom, 2024.